



A IGREJA E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DOCUMENTOS DO EPISCOPADO NACIONAL

Diego Omar SILVEIRA¹

RESUMO

O artigo pretende destacar a pertinência atual das discussões acerca das relações entre religião e política, igreja(s) e Estado, através de um estudo de caso sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O recorte temporal é o do processo de redemocratização do país, ao longo das décadas de 1970-1980, sendo o nosso objetivo principal destacar como a instituição debateu publicamente temas como a democracia e a cidadania. O texto estrutura-se em dois eixos: o primeiro consiste na apresentação de um debate historiográfico, em especial dos trabalhos dos brasilianistas; o segundo discute os documentos recortados, a saber: **Exigências Cristãs de uma Ordem Política** (1977), **Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política** (1981), **Por uma Nova Ordem Constitucional** (1986) e **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (1989).

Palavras-chave: Episcopado brasileiro, ordem política, redemocratização, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Em um momento no qual se tornam tão evidentes as fragilidades da democracia brasileira e no qual o tema das relações entre religião e política volta à baila com força total, este artigo discute, brevemente, as relações entre a Igreja Católica e o Estado no processo de redemocratização do país ao longo das décadas

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: <diegomarhistoria@yahoo.com.br>.

de 1970 e 1980, com ênfase na atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Esse não é certamente um tema inédito. Ao contrário, foi amplamente visitado por diversos pesquisadores que ao longo das últimas décadas tentaram compreender, tanto com interesses pastorais quanto a partir de enfoques puramente acadêmicos, as transformações no campo católico, de suas dinâmicas internas e de suas relações com a sociedade nacional. Por isso, apresentamos, inicialmente, um panorama dos principais autores e de suas análises dos papéis desempenhados pelo catolicismo nesses “tempos de transição”, como acentuaram diversos dos brasilianistas (SILVEIRA; PEREIRA, 2018).

Em seguida, discutimos, de modo mais detido, os posicionamentos do episcopado brasileiro sobre aquele “momento histórico”, em quatro documentos promulgados pela CNBB, a saber: **Exigências Cristãs de uma Ordem Política** (1977), **Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política** (1981), **Por uma Nova Ordem Constitucional** (1986) e **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (1989).

Importante destacar que esses não são posicionamentos individuais publicizados por membros da hierarquia, mas textos amadurecidos em reuniões e assembleias e que se apresentam, tanto aos católicos como aqueles que professam outros credos, como uma avaliação da Igreja em torno de temas de interesse público, muitos deles urgentes para contornar os problemas da “hora presente”.

Lidos no conjunto, esses documentos extrapolam, assim, a condição de meras análises de conjuntura e podem ser compreendidos como novos marcadores dos discursos e práticas da cúpula da Igreja Católica em um momento de crise dos governos militares e dos projetos autoritários por eles sustentados desde o golpe de 1964.

2 ELEMENTOS DA HISTORIOGRAFIA

Entre as muitas forças políticas que atuaram no processo de transição da ditadura militar para a democracia no Brasil, o episcopado brasileiro parece merecer – ainda que esta não seja uma unanimidade – um lugar de destaque. Constituídos como uma força autônoma (às vezes submissa, outras paralelas) às políticas

estatais desde a separação oficial entre Igreja e Estado, em finais do século XIX, os bispos do Brasil souberam se organizar, criando e reforçando uma identidade institucional que permitiu à Igreja falar em nome do povo e de suas aspirações, sobretudo ao longo das crises políticas que marcaram o século XX brasileiro. Não diferente, nas duas décadas que assistiram ao fim da ditadura civil-militar e a volta à democracia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaborou uma série de documentos nos quais a vida política aparece como uma instância que deve ser submetida a ordem moral e “aos critérios da fé, que complementam os postulados da razão e da natureza humana”. O presente trabalho visa apresentar os projetos esboçados em quatro desses textos que, se por um lado refletem os posicionamentos políticos da Igreja e as culturas políticas e os imaginários sociais alimentados pela militância católica (leiga e religiosa), por outro denotam seus lugares de fala e circunscrevem à instituição um determinado papel na nova configuração política nacional que emergia naquele contexto.

O contexto de produção desses textos é aquele no qual Krischke (1999) via os “indícios iniciais, mas seguros, de uma ‘reforma moral e intelectual’ (para usar a expressão de Gramsci) que mobiliza amplos setores não só da hierarquia eclesiástica, mas principalmente do meio do povo, no sentido de que assumam suas responsabilidades históricas, como cristãos e como cidadãos” (KRISCHKE, 1999, p. 98). Na perspectiva proposta por Napolitano (2015, p. 102), um momento de transição, em que novos eventos, como a “reforma partidária, o fim da censura prévia, a promulgação da Lei de Anistia, a volta dos exilados, a afirmação dos movimentos sociais e da nova esquerda aglutinada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a crise do Partido Comunista (PC) e a afirmação de uma hegemonia liberal” permitiam rever a memória do golpe e da ditadura e imaginar novos/outros futuros, ainda fosse difícil equacionar a contento a busca pela verdade, pela justiça e pela reparação dos crimes cometidos pelos militares contra a sociedade civil.

Para os muitos analistas desse período da história do catolicismo brasileiro (especialmente para os brasilianistas), aquele parecia ser, na realidade, um período incerto, aberto, e ainda inacabado e promissor, no qual as relações entre a Igreja e o Estado podiam, enfim, se consolidar no horizonte da democracia, que começava a despontar, ao menos como expectativa com a distensão do Regime, de meados dos anos 1970 (DELLA CAVA, 1986). Roberto Mangabeira Unger, referindo-se a essa

histórica relação entre os poderes religiosos e políticos no Brasil, aventava como uma das teses explicativas aquela que afirma que “à medida que o conteúdo da crença religiosa muda, também devem mudar os agentes da ação religiosa. Quem são os agentes de uma prática de religião que tem seu centro na experiência pessoal exemplar, que reconhece a relação da fé com a democracia, que conecta o grande mundo das instituições com o pequeno mundo das relações pessoais mediante uma prática e visão de reconstrução social e que deixa livre a força que subverte o particularismo de suas sugestões proféticas?” (UNGER, 1999, p. 164). Uma tese que muito se aproxima de uma explicação cara à própria instituição: aquela que vê na Igreja sua missão profética como motor de seus posicionamentos políticos, argumentos que os próprios documentos da CNBB fazem questão de sustentar.

Outros sociólogos, no entanto, tentaram, com suas tipologias, apresentar uma “visão holística da Igreja e da situação religiosa no Brasil”, e com isso “avaliar o papel da Igreja e da religião no desenvolvimento brasileiro e especular sobre o futuro do Estado autoritário e centralizador, e do modelo sócio-econômico (*sic*) promovido por ele” (BRUNEAU, 1979, p. 20), como sugeria o autor, ainda em 1979. Ou como propunha, uma década mais tarde, Scott Mainwaring, era preciso levar a cabo uma análise que permitisse captar os diferentes posicionamentos de grupos dentro da Igreja, ligados a visões de mundo distintas e que alimentavam, por isso, conflitos entre objetivos políticos e sociais variados. Mas o que aparecia em primeiro plano, nesse caso, era sobretudo a necessidade de compreender a “capacidade da Igreja de promover mudanças internas e desenvolver novos vínculos com a sociedade como um todo, inclusive com o sistema político” (MAINWARING, 1989, p. 21), levando em consideração seus interesses institucionais, como o refluxo ou a expansão de suas influências. Ambos os autores vão falar claramente em uma ideologia, “promovida por um grupo de bispos, para justificar tais mudanças” (BRUNEAU, 1979, p. 147) e, em ambos os casos a Conferência dos Bispos ocupará um lugar central nisso que os estudiosos chamaram de respaldo ou apoio da hierarquia para que as mudanças fossem paulatinamente se processando no catolicismo brasileiro a partir de meados do século XX.

Na realidade, todos esses textos parecem refletir também uma tensão, ainda velada e não completamente resolvida na historiografia brasileira, entre a

importância dos movimentos de base e o papel destacado dos bispos na interface entre a Igreja e o governo dos militares. De qualquer forma, Mainwaring propunha uma fórmula, insatisfatória, mas válida, quando afirmava que:

os movimentos de base por si só não foram responsáveis pela transformação da Igreja. Pelo contrário, sem o suporte da hierarquia, esses movimentos não poderiam ter transformado a Igreja. O processo de mudança era dialético. Movimentos leigos poderiam emergir havendo receptividade institucional, e foi só a partir do momento em que a hierarquia passou a apoiar ativamente a transformação que a Igreja passou a defender energicamente a causa dos direitos humanos. Dada a estrutura hierárquica da Igreja Católica, movimentos que não recebem o apoio dos bispos permanecem relativamente isolados e incapazes de modificar tendências dominantes (MAINWARING, 1989, p. 29).

Válida, porque articulava de forma realista os dois fatores, mas insatisfatória porque elucidava bastante pouco a dinâmica entre elas. De qualquer forma, a argumentação parecia ser suficiente para comprovar sua tese de que “a organização muda principalmente porque seus interesses a obrigam a mudanças que estejam de acordo com as transformações da sociedade como um todo” (MAINWARING, 1989, p. 17).

Mas o que fazer quando a concepção sobre as mudanças internas e externas se complexificam, ou quando admitimos como Serbin (2008, p. 36), “que a Igreja mudou a sociedade brasileira. Mas [que] a sociedade brasileira também mudou a Igreja”? Como pensar, com Della Cava (1986, p. 23), por exemplo, as dinâmicas que se estabelecem entre os documentos produzido pelo episcopado nacional e a chancela da Igreja às instituições nascentes nas quais “segmentos sociais críticos entre os seus fiéis poderiam mobilizar-se contra a investida do regime, em sua maior parte de natureza impudentemente econômica”?

Os intelectuais que se dedicaram a escrever a história da CNBB propuseram, em geral, do ponto de vista da instituição, uma trajetória linear e coerente, dentro do qual o “interesse social” e a “opção preferencial pelos pobres” foram despertando na Instituição a partir de diversas experiências do episcopado nacional que remetem quase sempre ao Concílio Vaticano II, à emergência de uma nova ideia de colegialidade e a uma nova autoimagem da Igreja, que colocou os prelados diante da crueza da realidade de suas dioceses e da fé do povo, a massa pobre dos fiéis que havia sido recentemente recuperada na teologia católica por intermédio do conceito de “povo de Deus”, tão caro à pastoral pós Conciliar. Longe da história

eclesiástica apologética e laudatória que vigorou até os anos 1950, esses textos inovaram nos objetos, nos problemas e nos métodos, mas nunca conseguiram, entretanto, abandonar o campo da pastoral, fecundada por uma leitura eclesial da história (POULAT, 1971), para se firmar em meio a uma análise mais acadêmica sobre o papel da Conferência na história recente do Brasil.

Já aqueles que se dedicaram a uma sociologia do catolicismo, empenharam-se em distinguir nas ações da Igreja sua tendência conciliatória frente ao Estado, o que pode ser lido tanto pela ótica dos interesses institucionais quanto pela lente da longa experiência histórica durante a qual trono e altar permaneceram unidos no Brasil, o que teria aproximado demasiadamente a hierarquia das instâncias políticas decisórias na vida nacional e que tendia a se manter, quase por inércia, como um resíduo do ensinamento tradicional da Igreja (UNGER, 1999), que invadiria permanentemente a relação entre religião e política, mesmo em experiências democráticas. Na análise de Krischke:

a Igreja Católica certamente ocupa no quadro da sociedade civil brasileira um lugar de destaque e uma posição estratégica, que algumas observações de Della Cava servem bem para ilustrar: é ela uma instituição que realiza amplas funções educativas e de assistência social no meio urbano, com vasto apoio financeiro de setores públicos e privados. Uma instituição que, além disso, sempre esteve vinculada às formas de dominação oligárquica, que controlam o voto, o trabalho, a organização e as ideias do campesinato brasileiro. Por outro lado, a Igreja Católica também soube, durante o período democrático do pós-guerra, desenvolver sua ligação com os setores dinâmicos e modernizados da sociedade brasileira, reforçando tendências de avançada entre as classes subordinadas (KRISCHKE, 1999, p. 104).

Esse caráter ambíguo aparece, de forma exemplar, na leitura de Serbin (2001) sobre a Comissão Bipartite, quando o autor revela os *flertes* entre a Igreja e o Regime mesmo nos momentos mais duros da ditadura. Para esse brasilianista, Cândido Mendes encampou essa proposta como uma forma audaciosa de estabelecer a cooperação entre a Igreja e o Estado no desenvolvimento do país – “uma notável revelação sobre a disposição da Igreja em trabalhar com o regime. (...) o plano era uma demonstração de como a Igreja via a si própria como guia moral para a economia política brasileira (...)”.(SERBIN, 2001, p. 414). Ainda segundo o brasilianista:

Cândido Mendes vislumbrava uma nova e mais moderna versão da concordata moral. A Igreja manteria o seu papel político importante, só que agora em nome da justiça social, em vez de interesses puramente institucionais e religiosos. Para atingir esse fim, a Igreja iria afirmar uma aliança com os setores mais poderosos e dinâmicos da nova ordem socioeconômica projetada pelo Exército. O plano era nacionalista e dirigido pelo Estado. Uma vez mais, a Igreja estava promovendo uma terceira 'via' para o desenvolvimento entre a Igreja e uma parte do Exército (SERBIN, 2001, p. 414).

Parece ser também nesse sentido que os prelados brasileiros dirigiram a proposta de construção de uma ordem democrática no Brasil e que os documentos analisados abaixo deixam transparecer.

3 OS DOCUMENTOS

Antes mesmo que os bispos se manifestassem em conjunto, através da Conferência, a articulação dos setores mais progressistas do episcopado nas regionais (sobretudo as do Norte e Nordeste, regiões mais pobres do país) já vinham produzindo interessantes documentos nos quais se propunha um novo lugar para a Igreja num futuro Brasil democrático e a intervenção pública de alguns bispos, mesmo isoladamente, deve ser pensada ao mesmo tempo como um prenúncio e um sintoma dessa nova sensibilidade entre a hierarquia católica. Vejamos, por exemplo, o que dizia Dom Hipólito a seus diocesanos em uma carta pastoral datada de 1976:

(...) A conquista de um regime democrático depende do povo... é pois necessário que os políticos autênticos, com mentalidade aberta e formação cristã, aproveitem as oportunidades do momento presente, não para fazer apenas a crítica ou a apologia do governo, mas antes para ir à verdadeira fonte da vida democrática que é o povo, a fim de que o povo mesmo participe do processo histórico (KRISCHKE, 1999, p. 99).

Do mesmo modo, um conjunto de declarações, apelos e cartas coletivas, assinadas por vários bispos, mesmo quando tratavam de temas bastante específicos (como a terra, os indígenas, os direitos humanos) apontavam para o papel da Igreja no enfrentamento dos principais "problemas nacionais", sua função mediadora em um contexto de repressão e dos seus desafios em uma sociedade que buscava alguns caminhos para retomar a democracia.

O primeiro dos documentos mais abrangentes é fruto da 15^o Assembleia da CNBB e comemora os 25 anos da Conferência, surgida em 1952. O próprio título:

Exigências Cristãs de uma Ordem Política (1977) deixa transparecer com clareza o julgamento dos bispos de que “a fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à política” (CNBB, 1977, p. 02). Assim, prossegue o documento: “a Igreja iluminada pela fé, procura definir com sempre maior clareza, as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política” e com a consciência de em nada exorbitarem suas funções, os pastores convidam “os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com esses princípios” (CNBB, 1977, p. 02). Como assinala Serbin (2001), são eles a justiça social (que se opõe à marginalização) e a participação (que se opõe à ausência de direitos políticos e ao clima de criminalização dos movimentos sociais). Com isso, o texto contesta a ideia de “segurança nacional”, tão cara aos militares e critica a situação de um governo concebido como de exceção, indicando inclusive a necessidade de “que a exceção não se torne regra permanente e ilimitada” (CNBB, 1977, p. 06).

O documento propõe ainda uma íntima correlação entre desenvolvimento e liberdade. Pois, segundo os bispos, “o desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, se mede também e principalmente por valores qualitativos não contábeis” e afirma que:

um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e participação, quando tem seus direitos respeitados (...), quando dispõe de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermediárias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das ideias não é limitado por formas arbitrárias de censura, quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade (CNBB, 1977, p. 07).

Ainda anterior à redemocratização, **Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política** (1981) se concentra mais em uma análise crítica da “sociedade brasileira em transformação” que, como propõe o texto, “apresenta desafios peculiares na ordem política, bem como na ordem econômica e na área social. As desigualdades sociais e regionais constituem uma realidade particularmente triste, em uma nação com aspirações e recursos que poderiam permitir uma sociedade mais justa” (CNBB, 1981, p. 01). Para os bispos, “tal situação não pode durar indefinidamente, pois constitui um escândalo para as consciências e uma ameaça constante à paz interna.

Ela não é casual, mas fruto de uma opção deliberada em favor de um modelo de desenvolvimento” (CNBB, 1981, p. 01), que cabia à Igreja rechaçar. Por outro lado, era preciso reafirmar a democracia, “como forma legítima de ordenação política da sociedade” e “um dos pré-requisitos indeclináveis a liberdade e da dignidade humana”, como um conjunto de valores defendidos e integrantes da ética cristã.

Para tanto, são mencionadas as dificuldades econômicas do início dos anos 1980 e a necessidade de trazer para o campo da política, o compromisso social, sem o qual nossa democracia continuaria claudicante. O conceito de democracia se expande e, conforme o texto:

não consiste apenas na preservação das liberdades políticas. Consiste também num processo de incorporação das grandes massas a formas superiores de educação e de capacitação, a um melhor nível de vida e à plena participação nas decisões públicas. A democracia política é uma forma e um pré-requisito, cujo conteúdo e destinação é a democracia social (CNBB, 1981, p. 03).

Assim, “o desenvolvimento social do Brasil constitui, ao mesmo tempo, um imperativo ético e um imperativo político” (CNBB, 1981, p. 04), que não se esgota com a recuperação econômica. Conforme insistem os prelados, todas as reformas são insuficientes se não abrirem “espaços para que os trabalhadores e os sem trabalho, os posseiros expulsos da terra e os acusados de subversão, os índios, os subalimentados, as massas sem instrução, sem auxílio de saúde sem habitação decente, sem emprego estável” tenham seus direitos e sua cidadania plenamente reconhecida. Ratificando suas declarações anteriores, a CNBB se pronuncia mais uma vez, no sentido de sensibilizar a opinião pública, mas dirigindo-se claramente à classe política, “fazendo um apelo no sentido de que seja aproveitada a oportunidade para dar a essa abertura, às dimensões que atendam às grandes aspirações da nação” (CNBB, 1981, p. 5).

Já os outros dois documentos – **Por uma Nova Ordem Constitucional** (1986) e **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (1989) – são marcados por um tom mais afirmativo da conquista dos direitos. O primeiro, sobretudo, pelos debates acerca da elaboração da Constituição de 1988, para os quais a Igreja se por um lado não pretende “apresentar pormenores técnicos”, por outro, como “instituição de presença na sociedade brasileira” quer dar “sua contribuição” (CNBB, 1986, p. 01). Sendo o mais longo dos documentos, este é também o mais rico, pois apresenta

uma reflexão mais aprofundada não apenas sobre a transição democrática no Brasil, como aponta – para fortalecer a argumentação da Igreja – o quanto a hierarquia havia se esforçado ao longo das últimas décadas para incorporar no seio do catolicismo toda a riqueza e o dinamismo do povo e o quanto sua participação havia fertilizado a fé; um processo correlato ao que se deveria processar com a **(Nova)** República. Permanece, no entanto, o argumento que transpassa os textos anteriores de que é a “fé que deve iluminar a ação dos cristãos, nesse momento tão importante para a construção de uma sociedade justa e fraterna, na permanente fidelidade à Cristo, à Igreja e ao homem (CNBB, 1986, p. 03).

Alguns traços da argumentação já aparecem em **Igreja e Constituinte: subsídios para reflexão e ação pastoral**, de 1985. Nesse documento algumas orientações já surgem com bastante clareza. Primeiro, a hierarquia esclarece que enxerga esse como “um grande momento e uma oportunidade única de terem vez, voz e voto também os marginalizados”. Um contexto no qual “a emergência de novas lideranças, de uma classe trabalhadora mais consciente dos seus direitos, de minorias, que ainda não tiveram acesso aos bens da nação e à vida pública, é um fato notável neste momento da vida nacional” (CNBB, 1985, p. 06). Segundo, assume a tarefa de tentar explicar ao grosso da população o que é uma lei (?), o que é uma constituinte (?), quem formula as Constituições (?) e qual a importância de uma nova carta magna para o Brasil (?).

O último dos textos, baseado nos mesmos valores, reflete a articulação pelas Diretas Já, em 1984, e as experiências eleitorais de 1985, 1986 e 1988 e tem os olhos voltados para a disputa de 1989. E, como os demais documentos, em uma linguagem que é bastante pastoral, insiste no quanto, “para assegurar esse processo é preciso reabilitar os valores da verdade, da liberdade, do amor, da justiça, da solidariedade e da paz, pelos quais a nação ansiosamente espera” (CNBB, 1989, p. 01). Cumpre notar, pois, que os documentos se somam em uma continuidade, obviamente que não linear e desprovida de tensões, mas que garante, ao menos, certa coerência interna e credibilidade externa ao discurso dos bispos católicos, que estão, nesse momento, retrabalhando as identidades católicas no Brasil e tentando encontrar para a Igreja Católica um novo lugar social frente ao regime democrático que se foi constituindo desde o final dos anos 1970.

Os documentos analisados expressam, por um lado, um projeto que não pertence apenas aos católicos, o que ajuda por um lado ajuda a dissipar as acusações e os estigmas que os agentes da repressão – em especial os serviços de informação – haviam lançado sobre a Igreja (GOMES, 2014; COUTINHO, 2020) e, por outro, reforça o caráter ecumênico dos pronunciamentos e vínculos existentes entre os posicionamentos da CNBB e os anseios da sociedade civil e dos movimentos populares.

Outro aspecto não menos rico e que deve ainda ser mencionado é que, à medida que falam sobre o futuro, os documentos realizam também uma leitura bastante rica da história recente da Igreja no Brasil e levantam, por consequência, uma série de problemas (sociológicos, políticos e pastorais) com os quais a instituição teve que se haver a partir dos anos 1960.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que pode parecer, as relações entre os argumentos presentes nos documentos aqui abordados e seus desdobramentos nas décadas que se seguiram à redemocratização (até os dias atuais) não são fáceis de deduzir. Cerca de trinta anos depois, o catolicismo, como um todo, e a CNBB, em particular, estão às voltas com outras questões, igualmente urgentes e dramáticas. Alteraram-se bastante as características do campo religioso brasileiro e vários direitos (políticos sobretudo) estão bastante solidificados, o que não impede constantes abalos à democracia, em seu formato liberal-burguês, ancorado mais no voto e na participação formal dos indivíduos do que na promoção social e na qualificação da participação cidadã dos mais diversos grupos e sujeitos.

Recapitular os posicionamentos dos bispos em um momento tão decisivo para o povo brasileiro nos parece ainda uma forma de recuperar a historicidade do processo e de garantir, ao menos uma memória, para um dos mais importantes legados da CNBB ao nosso país. Prestes a comemorar seus 70 anos, a instituição certamente lançará um olhar sobre sua trajetória e terá a chance para avaliar os momentos que esteve em maior ou menor sintonia com suas bases e com os anseios da sociedade brasileira.

De algum modo, tanto os movimentos do episcopado aqui sinalizados quanto as suas análises mais significativas estão ligadas ainda às repercussões do Concílio Vaticano II na América Latina e, de modo especial, no Brasil e continuam a ressoar, portanto, sobre a leitura que a Igreja (re)faz dos seus desafios em tempos de perda de hegemonia e pluralização dos referenciais éticos capazes de nortear a atuação dos católicos na esfera pública (PIERUCCI, 2004). Tanto o acirramento da crise de certos valores (VINCENT, 1992) quanto os novos desafios incorporados na agenda teopolítica de diferentes setores da Igreja revelam o mal-estar vigente entre o clero, que caminha, a usar a expressão de Bauman (2010) da condição “de legisladores a [de] interpretes”. Do mesmo modo, revelam, porém, o quanto ainda há por fazer, e o quanto, em meio a toda plasticidade institucional católica, temas como democracia e cidadania podem se reinventar e ressurgir. No limite, tal qual a própria recepção do Concílio Vaticano II, eles fazem parte de uma história inacabada.

**THE CHURCH AND THE TRANSITION TO THE DEMOCRACY IN BRAZIL:
CONSIDERATIONS ABOUT THE DOCUMENTS OF THE NATIONAL EPISCOPATE**

ABSTRACT

The article highlights the current pertinence of the discussions about the relations between religion and politics, church(es) and the State, through a case study about the National Conference of Bishops of Brazil. The time frame is within the process of redemocratization of the country, throughout the decades of 1970-1980, and our main objective is to highlight how was the institution's public debate on the themes of democracy and citizenship. The text structure has two cutouts: the first consists of the presentation of a historiographic debate, especially of the works of the Brazilianists; the second discusses a selection of documents, namely: Christians of an Order Political Requirements (1977), Christian Reflection on the Political Situation (1981), For a New Constitutional Order (1986) and Ethical Requirements of the Democratic Order (1989).

Key-words: Brazilian episcopate, political order, re-democratization, Brazil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP/IEA, v. 18, n. 52, 2004. p. 109-120.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira Época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008. (Tomo II/3).

BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano (A Igreja e o governo militar de 1964 a 1985). In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil: Jubileu de Ouro da CNBB (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERNAL, Sérgio. **CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres**. São Paulo: Loyola, 1989.

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo Brasileiro em época de transição**. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974.

_____. **Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário**. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Exigências Cristãs de uma Ordem Política (1977)**. Disponível em <http://cnbb.org.br>. Acesso em maio de 2008. 12 p.

_____. **Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política (1981)**. Disponível em <http://cnbb.org.br>. Acesso em agosto de 2009. 06 p.

_____. **Igreja e Constituinte: subsídios para reflexão e ação pastoral**. 3º ed. Brasília: CNBB, 1985.

_____. **Por uma Nova Ordem Constitucional (1986)**. Disponível em <http://cnbb.org.br>. Acesso em maio de 2008. 56 p.

_____. **Exigências Éticas da Ordem Democrática (1989)**. Disponível em <http://cnbb.org.br>. Acesso em maio de 2008. 45 p.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Repressão na Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978): a intolerância do Regime Militar à subversão da religião tradicional". In: **Revista Jesus Histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano XIII, v. 24, 2020.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). In: **Estudos CEBRAP**. Rio de Janeiro: CEBRAP, n. 12, 1975. pp. 06-52.

_____. A Igreja e a Abertura (1974-1985). In: KRISCHKE, Paulo J.; MAINWARING, Scott (Orgs.). **A Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

KRISCHKE, Paulo J. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAIS, J. F. Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**. Pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na 'batalha da memória': resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 96-108.

NEVES, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro. Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985). **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, 2004. p. 67-81.

PALACIO, Carlos. A Igreja na sociedade (para uma interpretação da 'consciência' e da 'práxis' atuais na Igreja do Brasil). In: PALACIO, Carlos (Org.). **Cristianismo e História**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 307-351.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Bye, Bye Brasil – o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. In: **Revista Estudos Avançados**. Dossiê As Religiões no Brasil. São Paulo: USP/ IEA, v. 18, n. 52, 2004. pp. 17-28.

POULAT, Émile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesial da História. Tradução de Hamilton Francischetti. **Concilium: Revista Internacional de Teologia**. Petrópolis: Vozes, 1971/ 7. p. 811-824.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **CNBB: comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulus, 1977.

SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo**: modernidade e tradição. São Paulo: ISER: Loyola, 1992.

SANTOS, Fernando Luis. **Condições de atualização institucional da Igreja Católica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNB, Brasília, 1982.

SERBIN, Keneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e injustiça social na ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja no Brasil. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SILVEIRA, Diego Omar; PEREIRA, Mabel Salgado. A Igreja Católica no Brasil em debate: da Escola Metódica à produção dos brasilianistas. In: REIS, Marcos Vinícius Freitas; SILVEIRA, Diego Omar; PY, Fábio (org.). **Expressões Religiosas de um Brasil Plural** – Estudos Contemporâneos. São Paulo: Fonte Editorial, 2018. pp. 111-134.

SOARES, Edvaldo. **Evolução do pensamento católico brasileiro (1952-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Franca, 1996.

UNGER, Mangabeira. Cinco teses sobre a relação da religião com a política. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP: IEA. v. 13, n. 35, 1999. p. 159-165.

VALENTINI, Demétrio. CNBB: cinquenta anos de compromisso social. **Encontros Teológicos**. Florianópolis: ITESC, n. 32, 2002. p. 29-50.

VINCENT, Gerard. Os católicos: o imaginário e o pecado. In: PROST, Antoine; _____. (Orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 393-426.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: INP (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil**: Jubileu de Ouro da CNBB (1952-2002). São Paulo: Paulinas, 2003. p. 459-480.